

EIXO 2 – Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

OS REFERENCIAIS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DA PARAÍBA E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Áurea Augusta Rodrigues da Mata
Professora de Educação Física da rede municipal de ensino de João Pessoa/PB. Pesquisadora membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer (LEPELPB/UFPB).
Estudante de Licenciatura em Pedagogia na UFPB.
E-mail: aureaAugusta@hotmail.com

Jeimison de Araújo Macieira
Professor Substituto da UEPB. Pesquisador membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer (LEPELPB/UFPB).
E-mail: jeimison89@hotmail.com

Resumo

O estudo é oriundo da participação como consultores dos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental da Paraíba, no ano de 2010. Objetiva apresentar como foi à elaboração, traçando paralelo entre materialização do documento e formação de professores. Inicialmente fizemos levantamento dos documentos, textos e diretrizes da Paraíba e de outros estados; após, realizamos leitura do material, destacando pontos importantes para elaboração. Observamos nesse processo, a necessidade de uma ação direta na construção de formação continuada de professores, balizada pelos procedimentos didáticos, metodológicos, históricos, filosóficos, técnicos e avaliativos, previstos nos referenciais.

Introdução

O estudo é oriundo de nossa participação como consultores elaboradores da proposta dos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental do Estado da Paraíba (RCEF-PB) no ano de 2010; atuamos especificamente com a disciplina de Educação Física. Para tanto, esse relato de experiência, tem a intenção de apresentar como se deu o processo de elaboração dos mesmos, procurando debater as problemáticas significativas surgidas em decorrência do trabalho, traçar um paralelo entre a materialização do documento e a necessária formação de professores, além de detalhar toda a estrutura do documento.

O processo de construção dos Referenciais Curriculares do Estado da Paraíba teve início através do edital nº. 01/2010/SEAD/SEEC, que tornou público o processo seletivo

simplificado para contratação de pessoal em caráter excepcional para a elaboração dos referenciais. Foi motivado pela necessidade percebida pela, então, gestão estadual, de alterar o texto, admitindo mudanças teóricas que culminassem em transformações didáticas, pedagógicas e metodológicas nos referenciais curriculares e na prática pedagógica dos professores, uma vez que o último currículo do Ensino Fundamental vigente no Estado datava de 1988. Para o trabalho foram contratados 19 profissionais, para as seguintes áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Diversidade Sociocultural.

Após a conclusão do processo seletivo, iniciaram-se, os trabalhos de elaboração, com a primeira reunião geral junto à coordenação do projeto, os consultores das áreas e o revisor técnico, em julho de 2010. Na reunião, decidiu-se o formato para a construção coletiva dos RCEF-PB, assim estabelecido: duas oficinas pedagógicas com a presença dos professores da rede estadual de ensino; reuniões quinzenais com a coordenação do projeto; reuniões periódicas entre consultores das áreas correlatas para tratar das possíveis articulações entre as disciplinas; reuniões periódicas com o outro consultor (no caso da disciplina ter dois consultores) para elaboração do texto. Também foi definida a estrutura do texto para todas as disciplinas, a mesma ficou da seguinte forma: inserção da disciplina no Ensino fundamental; objetivos; competências formativas no ensino da disciplina; conceitos necessários ao ensino da disciplina; conteúdos estruturantes e temas transversais, procedimentos didático-metodológicos; avaliação; e finalmente os referenciais teóricos.

Para a elaboração dos RCEF-PB na disciplina de Educação Física, partimos de questões mais gerais, como concepção de homem e sociedade, até as especificidades da instituição escola e, mais particularmente, das aulas de Educação Física. Durante a apresentação da proposta de trabalho levantaram-se questões como: Que projeto histórico de sociedade e de homem queremos? Com que projeto de Educação e Educação Física estamos comprometidos?

O primeiro período de construção dos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental da disciplina de Educação Física (RCEF-EF) foi estruturado a partir de três pontos, a saber: o levantamento de material documental, a construção escrita da proposta do RCEF-EF e o início da estruturação da primeira oficina pedagógica com os professores da rede.

Inicialmente fizemos um levantamento dos documentos, textos, livros, diretrizes da Paraíba de anos anteriores e, também, diretrizes de outros estados; após, realizamos a leitura e estudo de todo o material encontrado, destacando os pontos que avaliamos como interessantes

e importantes para a elaboração da proposta da Paraíba, para no decorrer do processo de construção, também serem estudados com maior profundidade.

A primeira oficina, realizada no período de 13 a 17 de setembro de 2010, foi uma oficina geradora e os professores da rede assumiram a função de interlocutores dos consultores, apresentando as dificuldades encontradas por eles no cotidiano escolar, ou seja, foi debatida a realidade concreta da Educação Física nas escolas públicas da rede estadual de ensino da Paraíba e, os professores contribuíram diretamente para elaboração dos referenciais.

Na segunda oficina, já com a redação do texto estruturado, realizamos uma atenta e minuciosa leitura passando por cada tópico do texto, identificando possíveis problemas, sugerindo alterações e ressaltando pontos fundamentais. Ao final desse processo, realizamos uma avaliação como forma de síntese dos trabalhos durante as duas oficinas. Para finalizar a segunda oficina, aconteceu uma socialização entre todas as áreas, onde foram colocados os principais pontos debatidos durante a semana, realizou-se também uma avaliação e foram ouvidas sugestões para serem incorporadas aos Referenciais Curriculares. A segunda oficina serviu para sistematizar a versão final do documento.

A organização/estruturação do RCEF-EF

Nesse tópico, vamos descrever a organização/estruturação do referencial. O RCEF-EF faz parte do volume 1 dos referenciais, que é o volume das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Diversidade Sociocultural, juntamente com as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Artes. Inicialmente é feita uma breve apresentação do documento, ressaltando que o mesmo toma corpo a partir das discussões e reflexões que aconteceram juntamente com alguns professores da rede estadual de ensino da Paraíba; reflexões essas pautadas na realidade concreta do “chão” da escola, e nas dificuldades enfrentadas cotidianamente pelo coletivo político que constitui a Escola.

Na sequência faz um resgate histórico da inserção da disciplina Educação Física como componente curricular no contexto educacional brasileiro, partindo das primeiras quatro décadas do século XX, onde a Educação Física sofreu forte influência dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar; nesse período as aulas eram ministradas pelos instrutores do exército, focando na disciplina e na hierarquia. Trata também das tendências que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, como o Método da Educação Física Desportiva Generalizada, divulgada em nosso país por Auguste Listello, foi a partir dessa tendência que o esporte passa a ser um dos principais conteúdos nas aulas de Educação Física.

Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o esporte na escola. Isso indica a subordinação da educação física aos códigos/sentido da instituição esportiva, caracterizando-se o esporte na escola como um prolongamento da instituição esportiva: esporte olímpico, sistema desportivo nacional e internacional. Esses códigos podem ser resumidos em: princípios de rendimento atlético/desportivo, competição, comparação de rendimentos e recordes, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória, racionalização de meios e técnicas etc. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 54).

Foi no ano de 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que a Educação Física se configurou como obrigatória para o ensino primário e médio. Ampliou-se a obrigatoriedade no currículo para todos os graus de ensino pelo Decreto n.º 69.450, de 01 de novembro de 1971, passando a mesma a ser reconhecida como atividade escolar regular. Permanece, também, a ênfase na aptidão física, pois a Educação Física é considerada como “atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora – forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional” (BRASIL, 1971).

Um passo a frente na história, na década de 70, já nos deparamos com a busca por atletas para representar o país nas competições internacionais e o mesmo ser consolidado como potência olímpica, momento em que as escolas são vistas como “celeiros de atletas”, assim como intensifica a prática nas escolas do modelo piramidal, no qual os alunos mais habilidosos e fortes eram priorizados. Pelo fato das expectativas não terem sido atingidas e o nosso país não ter se tornado uma potência olímpica, na década seguinte, nos anos 80, borbulha uma crise de identidade nos pressupostos e no próprio discurso da Educação Física, que causou mudanças significativas na política educacional. É nessa configuração que surgem diferentes abordagens teóricas na área, dentre elas, foram destacadas no RCEF-EF as seguintes: a Psicomotricidade (1983), a Desenvolvimentista (1988), a Construtivista (1989), a Crítico-Emancipatória (1994) e a Crítico-Superadora (1982); o referencial trás o objetivo e o autor referente a cada abordagem.

Nos anos 90, houve os debates e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n. 9.394/96, a Educação Física é tratada no art. 26 § 3º como componente curricular da educação básica, facultada nos cursos noturnos; no ano de 2001, acontece uma reformulação na lei e a mesma passa a ser um componente curricular obrigatório. Atualmente, a lei vigente é a Lei n. 10.793 de 1º de dezembro de 2003, nela a Educação Física permanece como componente curricular obrigatório e a prática fica facultada aos alunos que trabalham 6

horas ou mais, maiores de trinta anos, que tenha prole e/ou esteja prestando serviço militar inicial.

Em meio a todas essas mudanças, tanto das leis como das abordagens, no ano de 1997, é construído e divulgado pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. A avaliação feita no RCEF-EF (2010, p. 271) é que os PCN não apresentaram uma coerência teórica, e tiveram suas formulações consideradas por estudiosos/críticos da área como um ecletismo teórico pelo fato de conter nele, objetos de estudo de várias abordagens sem apresentar as divergências entre elas em relação a projetos históricos, concepções filosóficas, referências epistemológicas, bases teóricas e proposições metodológicas.

Os RCEF-EF apresentam enquanto objetivos da disciplina Educação Física na escola, pautada pela abordagem teórica Crítico-Superadora,

- Criticar, criar e preservar a Cultura Corporal para a elevação do padrão cultural da classe trabalhadora, tendo como eixos articuladores e unificadores das ações as práticas corporais diversificadas, tratadas criticamente, a partir da organização do trabalho pedagógico comprometido com a elevação da compreensão e ação dos participantes na construção da cultura;
- Fomentar aprendizagens sociais significativas, que vão desde o acesso ao conhecimento científico até aos conhecimentos da cultura popular, da cultura local, da cultura infanto-juvenil, priorizando os princípios de solidariedade, respeito, socialização, cooperação, diversificação, criatividade, emancipação;
- Valorizar os patrimônios naturais, humanos e culturais, ampliando-se as formas de relações nas práticas esportivas e de lazer, que preservem a natureza, relações humanas dignas e valores culturais que contribuam para a emancipação do ser humano;
- Oportunizar o acesso, inclusive de alunos deficientes, ao patrimônio cultural esportivo clássico e de lazer, imprescindível à vida humana com dignidade;
- Praticar o esporte e lazer sem violência e agressões entre seres humanos, ou à natureza e ao patrimônio cultural da população (RCEF-EF, 2010, p. 272-273).

Outro tópico abordado foram os fundamentos teórico-metodológicos, que partiram da reflexão a cerca da organização do trabalho pedagógico no trato da Cultura Corporal na escola. Ressaltou as barreiras que a disciplina enfrenta para se consolidar como área de conhecimento socialmente relevante no currículo escolar, e na sequencia, tomando por base Almeida (2009), aponta possíveis ações a serem desenvolvidas pelo coletivo professor e alunos na escola, reforçando a necessidade das ações estarem ligadas ao Projeto Político Pedagógico, as mesmas são:

- Elaborar programas e projetos decididos por coletivos políticos ampliados (comunidade escolar), legitimados e relacionados com perspectivas de trabalho que

promovam a autodeterminação e a emancipação dos participantes, como festivais culturais, torneios esportivos, entre outros;

- Promover e assegurar relações interativas e cooperativas entre escolas, comunidades, movimentos de luta da classe trabalhadora, como também relações entre secretarias, escolas e universidades, na perspectiva de qualificar e ampliar as ações da Cultura Corporal e esportiva;
- Desenvolver práticas de esporte e lazer sem violência, sem agressões, de forma que essas ações ampliem as possibilidades de realizar o trabalho socialmente útil na Escola, de preservar o meio ambiente, criar espaços e tempos, implementos e equipamentos coletivizados, autogeridos e auto-organizados, assegurando o acesso a orientações técnicas e pedagógicas adequadas aos diferentes interesses e necessidades das escolas;
- Priorizar princípios que dignifiquem o desenvolvimento humano, como solidariedade, cooperação, diversificação, criatividade, emancipação humana, que orientem a construção do programa da Educação Física escolar (p. 274-275).

No que se refere aos conceitos necessários ao ensino da referida disciplina na escola, optou-se por trabalhar com os estudos do psicólogo russo Vygotsky; dentre vários estudos desenvolvidos pelo referido psicólogo, um deles foi voltado a compreender o processo de formação de conceitos pelos sujeitos. De acordo com o RCEF-EF (2010, p. 276), na perspectiva de formação de conceitos nas aulas, partindo do encontro/confronto do cotidiano dos alunos com o conhecimento sistematizado, vários conceitos podem ser apontados, tais como: cultura corporal, prática corporal, expressão corporal, corpo, práxis, atividade física, exercício físico, lúdico, lazer, saúde, entre outros.

O documento avança na discussão dos conteúdos estruturantes, e afirma que a referida disciplina na escola “trata de temas ou formas da cultura corporal que contêm sentidos e significados que se interpenetram e expressam intencionalidades/objetivos dos homens e mulheres, as intenções/objetivos da sociedade” (p. 278). E de acordo com a abordagem pedagógica utilizada como referência no documento, os conteúdos a serem trabalhados nas aulas são: jogo, esporte, ginástica, dança e luta. Dando continuidade, é apresentado o entendimento/conceito de cada um dos conteúdos, assim como, um quadro com a organização didática dos referidos conteúdos estruturantes, que se desdobrou em quadros dos conteúdos distribuídos por anos de ensino.

Outra questão abordada no documento é a relação da disciplina com os temas referentes às problemáticas sócio-político-culturais da sociedade. Esse tópico é iniciado trazendo a reflexão feita pela abordagem Crítico-Superadora, onde aponta que,

[...] a reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar ao aluno da escola pública entender a realidade social interpretando-a e explicando-a a partir dos interesses de classe social. Isso quer dizer que cabe à

escola promover a apreensão da prática social. Portanto, os conteúdos devem ser buscados dentro dela (RCEF-EF, 2010, p. 294, *apud* COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62-63).

A partir dos debates travados pelo coletivo que construiu e constituiu os referenciais, tomou-se como carro-chefe dessa discussão para todas as disciplinas, o tema transversal Diversidade Sociocultural. No âmbito da disciplina Educação Física, as diversidades se colocam de forma mais presente relacionadas ao padrão de beleza, diversidades físicas, diversidade sexual e de gênero e de habilidades corporais, isso sem negar as demais que se façam presentes também. O referencial orienta que os professores propiciem nas aulas momentos para dialogar sobre as problemáticas sociais, e também desenvolvam práticas que envolvam essas temáticas, tais como, trabalhar com os esportes adaptados, atividades que desmistifiquem a questão de que existem brincadeiras e esportes específicos para meninas e brincadeiras e esportes específicos para meninos, dentre outras possibilidades; o importante é o professor está sempre atento nas aulas ao debate das problemáticas sociais locais, regionais e nacionais, e que faça o debate a partir de procedimentos teórico-metodológicos pautados pelos interesses e anseios da classe trabalhadora, na qual os alunos estão inseridos.

O próximo tópico do documento trata dos procedimentos didático-metodológicos, e o faz a partir do entendimento da disciplina Educação Física enquanto componente obrigatório do currículo da educação básica e que por tanto, possui conhecimentos necessários a uma formação ampliada, abrangente, ou seja, a uma formação omnilateral. Para caracterizar essa discussão são apresentados alguns exemplos de como o professor pode trabalhar metodologicamente os conteúdos estruturantes nas aulas tanto nos anos iniciais como nos anos finais do ensino fundamental; e aponta a metodologia baseada no método didático da prática social defendida por Saviani (2008) como uma possibilidade de metodologia para as aulas.

De acordo com o RCEF-EF (2010, p. 297-298), o método prevê cinco etapas, são elas:

- **prática social** – ponto de partida, em que, através do diálogo, são reconhecidos os conhecimentos prévios dos alunos, os quais serão problematizados posteriormente;
- **problematização** – fase em que o professor irá problematizar os conhecimentos prévios dos alunos para chegar ao conhecimento escolar/conteúdo sistematizado;
- **instrumentalização** – momento em que o professor socializará com os alunos os instrumentos teóricos e práticos necessários à solução dos problemas que têm referência na prática social. Trata-se da aquisição do conhecimento crítico,

contextualizado e significativo, necessário à transformação social, no sentido da emancipação humana;

- **catarse** - momento de criatividade, em que os alunos expressam o conhecimento construído, de diferentes formas, ou seja, o aluno expressa a compreensão que teve de todo o processo; e
- **nova prática social** – construção do conhecimento sintetizado sobre a realidade, transformando-se em algo mais rico e orgânico, pois o aluno passa a ter uma análise e compreensão mais amplas e críticas da realidade; conclusão e avaliação a partir do realizado. A prática social é transformada num espaço pedagógico pautado pelo diálogo entre professor e alunos e, sobretudo, entre os níveis e tipos diversificados de pensamentos.

O documento também ventila como possibilidades metodológicas para trabalhar os conteúdos da disciplina, a realização de festivais, seminários, oficinas temáticas, torneios esportivos, campeonatos, palestras, debates, gincanas culturais e esportivas, maratonas, *workshops*.

Por fim, é apresentado o tópico sobre avaliação que já inicia colocando que “a avaliação do processo ensino-aprendizagem é muito mais do que simplesmente aplicar testes, levantar medidas, selecionar e classificar alunos” (RCEF-EF, 2010, p. 300); o documento defende que é necessário na avaliação, considerar os objetivos e critérios propostos nas aulas para que a apropriação do conhecimento seja oportunizada de maneira significativa, e ressalta que a mesma precisa está atrelada ao projeto político pedagógico da escola, ser cumulativa, contínua e que os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos.

Para, além disso, os instrumentos avaliativos devem ser diversificados, tais como: construção e realização de festivais, oficinas, torneios, assim como provas, trabalhos escritos, seminários; bem estruturados, relacionados aos encaminhamentos metodológicos e utilizados também na perspectiva de serem subsídios para o redimensionamento da ação pedagógica do professor, e não só para classificar os alunos em aprovados e reprovados. Outro ponto apresentado pelo documento faz ressalva à necessidade do professor levar em consideração as possibilidades sociocognitivas dos alunos ao se adotar um determinado instrumento avaliativo, ou seja, o instrumento avaliativo precisa estar adequado à capacidade cognitiva e à prática social dos alunos.

Os Referenciais Curriculares e a formação de professores

A partir da elaboração dos RCEF-EF, os professores da rede em conjunto com os professores elaboradores da proposta e, em plenária realizada ao término das atividades de preparação do documento, encaminharam a necessidade de planejar, sistematizar e executar a

formação continuada de professores do Estado da Paraíba. Essa formação, proposta pelos envolvidos no processo, tomaria como base de estudos e pesquisas o próprio referencial. Nesse caso, o estudo de sua base teoria, seus processos metodológicos, didáticos, conteúdos e, principalmente, a fundamentação da Cultura Corporal como objeto de estudo da Educação Física.

Diante disso, o processo de formação de professores em Educação Física para o Estado da Paraíba se torna necessário e imprescindível, pois estamos diante, segundo Taffarel & Hildebrandt (2007) de problemáticas significativas quanto à formação de professores, nos campos: epistemológico, financeiro, estrutural, curricular e político. E foi possível percebermos a materialização dessas problemáticas durante a elaboração do referido documento e, principalmente, quando da execução das oficinas pedagógicas, nos diálogos com os professores da rede estadual de ensino. O resultado da análise da realidade cotidiana dos professores que estiveram presentes nas oficinas foi o estopim para o encaminhamento imperativo do processo de formação continuada.

Para tanto,

“urge”, por conseguinte, aos que tratam da formação de professores, reconceptualizar o currículo de formação a partir de uma matriz científica superadora que considere com radicalidade o ser humano e suas condições de existência, a atividade humana e seus fins. Se esta matriz é a histórica e o curso de formação é o de professores de Educação Física, com pouca tradição nesse diálogo, implica a radicalização desta posição e um apontar de um projeto que está na contramão dos apologetas do “fim da história”. TAFFAREL & HILDEBRANDT, 2007, pág. 403)

Neste contexto, nos deparamos com a escola, inserida na sociedade capitalista, e com as suas possibilidades de resistências às ideias hegemônicas, a partir das políticas educacionais e da realidade concreta dos professores que no seu cotidiano podem afirmar uma pedagogia que atenda ou não aos interesses de grande parte da população.

Na nossa realidade deparamo-nos com algumas dificuldades para o exercício da profissão. Por um lado, enfrentamos dificuldades inerentes às condições físicas e materiais das escolas, por outro, exige-se dos professores a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes na construção do trabalho pedagógico. Neste sentido, o caminho a ser percorrido passa pelo compromisso moral com a formação humana e no protagonismo de indivíduos organizados coletivamente, em prol da transformação da prática pedagógica e da construção dos saberes pelos docentes e alunos.

Nessa concepção de que o professor necessita refletir sobre sua prática tomando sua experiência profissional e as intenções sociais que os seres humanos estabelecem como o referencial para estas reflexões, podemos dizer que nossos alunos nunca compreenderão o

significado da cultura corporal – enquanto patrimônio histórico da humanidade – se não participarem de situações orientadas e práticas sociais que propiciem o aprendizado. Logo, cabe a escola e ao professor no processo de ensino-aprendizagem, pedagogizar o conhecimento mediante as apropriações do saber escolar.

Ademais, o RCEF-EF do Estado da Paraíba, aponta para a centralidade do trato com o conhecimento da Cultura Corporal como objeto de estudo, para a abordagem Crítico-superadora como referência metodológica para o trabalho com os conteúdos relacionados à disciplina e, sobretudo, enfatiza a teoria materialista histórica dialética como eixo epistêmico e balizador de todo o documento.

Dentro do processo de formação continuada, entendemos que é de extrema importância capacitar os professores de Educação Física com fins a ampliar a leitura e discussão do RCEF-EF construído no ano de 2010; aprofundar os conhecimentos acerca dos conteúdos da Cultura Corporal; Estabelecer parâmetros metodológicos para a Educação Física escolar a partir da metodologia crítico-superadora; trabalhar tomando como referência os princípios curriculares definidos pelo RCEF-EF; e avaliar a viabilidade teórico/prática do mesmo.

Nesse sentido, há uma intrínseca relação de dupla via entre a formulação dos RCEF-EF e a formação de professores, tendo em vista a continuidade do processo de formação dos docentes que atuam na rede estadual. Para tanto, identificamos que a formação de professores deve partir da realidade concreta dos professores do Estado, alunos e comunidade escolar, pois é fato que por vezes um discurso anacrônico e distanciado da realidade pode comprometer o processo formativo.

Conclusão

O presente texto teve a intenção de apresentar como se deu o processo de elaboração dos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental do Estado da Paraíba (RCEF-PB) no ano de 2010. Procuramos debater as problemáticas significativas surgidas em decorrência do trabalho realizado como consultores elaboradores da proposta dos referenciais da disciplina de Educação Física. Não obstante, referenciados pelo trabalho coletivo de elaboração do mesmo, buscamos traçar um paralelo entre a materialização do documento e a necessária formação de professores. Observamos nesse processo, a necessidade de uma ação direta na construção de uma formação continuada de professores no Estado da Paraíba.

Para isso, como encaminhamento oriundo dos diálogos entre consultores elaboradores e os professores da rede estadual de ensino, durante as duas oficinas pedagógicas que ocorreram, faz-se necessária a execução do plano de ações previsto no RCEF-EF, balizado pelos seus procedimentos didáticos, metodológicos, conceituais, históricos, filosóficos, técnicos e avaliativos, para que se possa avançar no processo ensino-aprendizagem, bem como, sairmos da nebulosa definição e compreensão da disciplina educação física como essencialmente prática, desprovida de fundamentos sociais e culturais, e por isso, não precisa tratar de conteúdos teóricos.

Não podemos negar que o propósito desse documento, os RCEF-PB, se apresenta como um balizador da prática pedagógica e da formação continuada de professores do estado nos anos subsequentes, assim como, sua organização estrutural, pautada por uma concepção de aprendizagem dinâmica, aonde os conhecimentos e habilidades vão sendo continuamente adquiridos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos. Normas Orientadoras – **Implantação do Decreto nº. 69.450/71, de 01 de novembro de 1971**. 2. ed. Brasília, 1973, p. 39-46.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF, 23 dez.1996. Seção1, p. 27833-27841.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

GO TANI et. al. **Educação Física Escolar**. São Paulo: EPU, 1988.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

PARAÍBA, Governo do Estado da. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Linguagens e Diversidade Sociocultural**. João Pessoa: SEC/Gafset, 2010. 392p.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008a.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 10.ed. revisada. Campinas-SP: Autores Associados, 2008b.

TAFFAREL, Celi Zulke, HILDEBRANDT, Reinner Stramann (Org.). **Currículo e Educação Física: formação de professores e prática pedagógica nas escolas**. Ijuí, E. Unijuí, 2007. 472 p.